

Mensagem para o Dia Mundial da Paz (1 janeiro de 2025)

“Perdoa-nos as nossas ofensas, concede-nos a tua paz” é o título da mensagem para o 58º Dia Mundial da Paz, a celebrar a 1 de janeiro de 2025. O Papa Francisco recorda que em 2025 celebramos o Jubileu, “um acontecimento que enche os corações de esperança”, e recorda que “o Jubileu remonta a uma antiga tradição judaica, quando a cada quarenta e nove anos o toque da trombeta anunciava um tempo de

clemência e de libertação para todo o povo”.

31/12/2024

MENSAGEM

DO SANTO PADRE

FRANCISCO

PARA O LVIII

DIA MUNDIAL DA PAZ

1 DE JANEIRO DE 2025

.....

Perdoa-nos as nossas ofensas,
concede-nos a tua paz

*I. Na escuta do grito da humanidade
ameaçada*

1. Na aurora deste novo ano que nos é dado pelo nosso Pai celeste, um tempo jubilar dedicado à esperança, dirijo os meus mais sinceros votos de paz a cada mulher e a cada homem, especialmente àqueles que se sentem prostrados pela sua condição existencial, condenados pelos seus próprios erros, esmagados pelo julgamento dos outros e já não veem qualquer perspectiva para a sua própria vida. A todos vós, esperança e paz, porque este é um Ano de Graça, que vem do Coração do Redentor!

Leia mensagens para o dia mundial da paz de anos anteriores.

2. Em 2025, a Igreja Católica celebra o Jubileu, um acontecimento que enche os corações de esperança. O “jubileu” remonta a uma antiga tradição judaica, quando a cada quarenta e nove anos o toque da trombeta (em hebraico: *yobel*) anunciava um tempo de clemência e de libertação para todo o povo (cf. Lv 25, 10). Este apelo solene deveria ecoar por todo o mundo (cf. Lv 25, 9), a fim de restabelecer a justiça de Deus nos diferentes âmbitos da vida: no uso da terra, na posse dos bens, na relação com o próximo, sobretudo os mais pobres e os que tinham caído em desgraça. O toque da trombeta recordava a todo o povo, aos ricos e a quem tinha empobrecido, que ninguém vem ao mundo para ser oprimido: somos irmãos e irmãs, filhos do mesmo Pai, nascidos para ser livres segundo a vontade do Senhor (cf. Lv 25, 17.25.43.46.55).

3. Também nos dias de hoje, o Jubileu é um acontecimento que nos impele a procurar a justiça libertadora de Deus em toda a terra. Em vez da trombeta, no início deste Ano de Graça, nós gostaríamos de estar atentos ao «desesperado grito de ajuda»^[1] que, como a voz do sangue de Abel, o justo, se eleva de muitas partes da terra (cf. Gn 4, 10) e que Deus nunca deixa de escutar. Nós, por nossa vez, sentimo-nos chamados a unir-nos à voz que denuncia tantas situações de exploração da terra e de opressão do próximo^[2]. Estas injustiças assumem, por vezes, o aspecto daquilo a que São João Paulo II definiu como «estruturas de pecado»^[3], porque não se devem apenas à iniquidade de alguns, mas estão, por assim dizer, enraizadas e contam com uma cumplicidade generalizada.

4. Cada um de nós deve sentir-se, de alguma forma, responsável pela

devastação a que a nossa casa comum está sujeita, a começar pelas ações que, mesmo indiretamente, alimentam os conflitos que assolam a humanidade. Assim, fomentam-se e entrelaçam-se os desafios sistémicos, distintos mas interligados, que afligem o nosso planeta^[4]. Refiro-me, em particular, às desigualdades de todos os tipos, ao tratamento desumano dispensado aos migrantes, à degradação ambiental, à confusão gerada intencionalmente pela desinformação, à rejeição a qualquer tipo de diálogo e ao financiamento ostensivo da indústria militar. Todos estes são fatores de uma ameaça real à existência de toda a humanidade. No início deste ano, portanto, queremos escutar este grito da humanidade para nos sentirmos chamados, todos nós, juntos e de modo pessoal, a quebrar as correntes da injustiça para proclamar a justiça de Deus. Alguns atos esporádicos de filantropia não serão suficientes. Em

vez disso, são necessárias transformações culturais e estruturais, para que possa haver também uma mudança duradoura^[5].

II. Uma mudança cultural: somos todos devedores

5. O evento jubilar convida-nos a empreender várias mudanças para enfrentar a atual condição de injustiça e desigualdade, recordando-nos que os bens da terra não se destinam apenas a alguns privilegiados, mas a todos^[6]. Pode ser útil recordar o que escreveu São Basílio de Cesareia: «Mas que coisas, diz-me, são tuas? De onde as tiraste para as incluir na tua vida? [...] Não saíste totalmente nu do ventre da tua mãe? Não voltarás, de novo, nu para a terra? De onde vem o que tens agora? Se disseses que te veio por acaso, estarias a negar Deus, a não reconhecer o Criador, e não estarias grato ao Doador»^[7]. Quando não há

gratidão, o homem deixa de reconhecer os dons de Deus. Mas o Senhor, na sua infinita misericórdia, não abandona os homens que pecam contra Ele: antes, confirma o *dom* da vida com o *perdão* da salvação, oferecido a todos mediante Jesus Cristo. Por isso, ensinando-nos o “Pai Nosso”, Jesus convida-nos a pedir: «Perdoa-nos as nossas ofensas» (Mt 6, 12).

6. Quando uma pessoa ignora a própria ligação com o Pai, começa a nutrir um pensamento de que as relações com os outros podem ser regidas por uma lógica de exploração, em que o mais forte pretende ter o direito de prevalecer sobre o mais fraco^[8]. Tal como as elites do tempo de Jesus, que se aproveitavam do sofrimento dos mais pobres, também hoje, na aldeia global interligada^[9], o sistema internacional, se não for alimentado por uma lógica de solidariedade e

interdependência, gera injustiças que, exacerbadas pela corrupção, aprisionam os países pobres. A lógica da exploração do devedor também descreve sucintamente a atual “crise da dívida”, que aflige vários países, especialmente no Sul do planeta.

7. Não me canso de repetir que a dívida externa se tornou um instrumento de controle, através do qual alguns governos e instituições financeiras privadas dos países mais ricos não hesitam em explorar indiscriminadamente os recursos humanos e naturais dos países mais pobres para satisfazer as necessidades dos seus próprios mercados^[10]. A isto se acrescenta que várias populações, já sobrecarregadas pela dívida internacional, vejam-se obrigadas a suportar também o peso da dívida ecológica dos países mais desenvolvidos^[11]. A dívida ecológica e a dívida externa são dois lados da

mesma moeda, desta lógica de exploração que culmina na crise da dívida^[12]. Inspirando-me neste ano jubilar, convido a comunidade internacional para que atue no sentido de perdoar a dívida externa, reconhecendo a existência de uma dívida ecológica entre o Norte e o Sul do mundo. É um apelo à solidariedade, mas sobretudo à justiça^[13].

8. A mudança cultural e estrutural para superar esta crise ocorrerá quando finalmente reconhecermos que somos todos filhos do mesmo Pai e, perante Ele, confessarmos que somos todos devedores, mas também todos necessários uns aos outros, segundo uma lógica de responsabilidade partilhada e diversificada. Poderemos descobrir, enfim, «que precisamos e somos devedores uns dos outros»^[14].

III. *Um caminho de esperança: três ações possíveis*

9. Se deixarmos que o nosso coração seja tocado por estas necessárias mudanças, o Ano de Graça do Jubileu pode reabrir o caminho da esperança para cada um de nós. A esperança nasce da experiência da misericórdia de Deus, que é sempre ilimitada^[15].

Deus, que não deve nada a ninguém, continua a conceder incessantemente graça e misericórdia a todos os homens.

Isaque de Nínive, um Padre da Igreja Oriental do século VII, escreveu: «O teu amor é maior do que as minhas dívidas. Pouca coisa são as ondas do mar comparadas com a quantidade dos meus pecados, mas se eu pesar os meus pecados, comparados com o teu amor, eles desaparecem como se nada fossem»^[16]. Deus não calcula o mal cometido pelo homem, mas é imensamente «rico em misericórdia,

por causa do grande amor com que nos amou» (Ef 2, 4). Ao mesmo tempo, ouve o grito dos pobres e da terra. Bastar-nos-ia parar por um momento, no início deste ano, e pensar na graça com que Ele sempre perdoa os nossos pecados e anistia todas as nossas dívidas, para que o nosso coração se encha de esperança e de paz.

10. Por isso, Jesus, na oração do “Pai Nosso”, depois de termos pedido ao Pai a remissão das nossas ofensas (cf. Mt 6, 12), exigentemente afirma «assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido». Para perdoar uma dívida aos outros e dar-lhes esperança, é preciso que a própria vida esteja cheia dessa mesma esperança que vem da misericórdia de Deus. A esperança é superabundante em generosidade, não é calculista, não olha para a contabilidade dos devedores, não se preocupa com o seu próprio lucro,

mas tem um único objetivo: levantar os caídos, curar os quebrantados de coração, libertar de todas as formas de escravidão.

11. Gostaria, portanto, de sugerir, no início deste Ano de Graça, três ações que podem devolver a dignidade à vida de populações inteiras e colocá-las de novo no caminho da esperança, para que a crise da dívida possa ser ultrapassada e todos possam voltar a reconhecer-se como devedores perdoados.

Antes de mais, retomo o apelo lançado por São João Paulo II, por ocasião do Jubileu do ano 2000, para que se pense numa «consistente redução, se não mesmo no perdão total da dívida internacional, que pesa sobre o destino de muitas nações»^[17]. Reconhecendo a dívida ecológica, os países mais ricos sentir-se-ão chamados a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para perdoar

as dívidas dos países que não estão em condições de pagar o que devem. Certamente, para que não se trate de um ato isolado de beneficência, que corre o risco de desencadear de novo um ciclo vicioso de financiamento-dívida, é necessário, ao mesmo tempo, desenvolver uma nova arquitetura financeira que conduza à criação de um acordo financeiro global, baseado na solidariedade e na harmonia entre os povos.

Além disso, faço apelo a um firme compromisso de promover o respeito pela dignidade da vida humana, desde a concepção até à morte natural, para que cada pessoa possa amar a sua vida e olhar para o futuro com esperança, desejando o desenvolvimento e a felicidade para si e para os seus filhos. Com efeito, sem esperança na vida, é difícil que surja no coração dos jovens o desejo de gerar outras vidas. Particularmente neste sentido,

gostaria de convidar, uma vez mais, para um gesto concreto que possa favorecer a cultura da vida. Refiro-me à eliminação da pena de morte em todas as nações. Em realidade, esta punição, além de comprometer a inviolabilidade da vida, aniquila toda a esperança humana de perdão e de renovação^[18].

Atrevo-me também a lançar um outro apelo às jovens gerações, recordando São Paulo VI e Bento XVI^[19], neste tempo marcado pelas guerras: utilizemos pelo menos uma percentagem fixa do dinheiro gasto em armamento para a criação de um fundo mundial que elimine definitivamente a fome e facilite a realização de atividades educativas nos países mais pobres que promovam o desenvolvimento sustentável, lutando contra as alterações climáticas^[20]. Devemos tentar eliminar qualquer pretexto que possa levar os jovens a imaginar

o seu futuro sem esperança, ou como uma expectativa de vingar o sangue derramado por seus entes queridos. O futuro é um dom que permite ultrapassar os erros do passado e construir novos caminhos de paz.

IV. A meta da paz

12. Aqueles que empreenderem, através dos gestos propostos, o caminho da esperança, poderão ver cada vez mais próximo a tão desejada meta da paz. O Salmista confirma-nos nesta promessa: quando «a verdade e o amor se encontrarão, a justiça e a paz se abraçarão» (Sl 85, 11). Quando me despojo da arma do crédito e devolvo o caminho da esperança a uma irmã ou a um irmão, contribuo para a restauração da justiça de Deus nesta terra e caminhamos juntos para a meta da paz. Como dizia São João XXIII, a verdadeira paz só pode vir de

um coração desarmado da ansiedade e do medo da guerra^[21].

13. Que 2025 seja um ano em que a paz cresça! Aquela paz verdadeira e duradoura, que não se detém nas querelas dos contratos ou nas mesas dos compromissos humanos^[22].

Procuremos a verdadeira paz, que é dada por Deus a um coração desarmado: um coração que não se esforça por calcular o que é meu e o que é teu; um coração que dissolve o egoísmo para se dispor a ir ao encontro dos outros; um coração que não hesita em reconhecer-se devedor de Deus e que, por isso, está pronto para perdoar as dívidas que oprimem o próximo; um coração que supera o desânimo em relação ao futuro com a esperança de que cada pessoa é um bem para este mundo.

14. Desarmar o coração é um gesto que compromete a todos, do primeiro ao último, do pequeno ao

grande, do rico ao pobre. Por vezes, é suficiente algo simples como «um sorriso, um gesto de amizade, um olhar fraterno, uma escuta sincera, um serviço gratuito»^[23]. Com estes pequenos-grandes gestos, aproximamo-nos da meta da paz, e lá chegaremos mais depressa quanto mais, ao longo do caminho, ao lado dos nossos irmãos e irmãs reencontrados, descobrirmos que já mudámos em relação ao nosso ponto de partida. Com efeito, a paz não vem apenas com o fim da guerra, mas com o início de um mundo novo, um mundo no qual nos descobrimos diferentes, mais unidos e mais irmãos do que poderíamos imaginar.

15. Concede-nos, Senhor, a tua paz! Esta é a oração que elevo a Deus ao dirigir as minhas saudações de Ano Novo aos Chefes de Estado e de Governo, aos Chefes das Organizações Internacionais, aos

líderes das diferentes religiões e a
todas as pessoas de boa vontade.

Perdoa-nos as nossas ofensas,
Senhor,

assim como nós perdoamos a quem
nos tem ofendido,

e, neste círculo de perdão, concede-
nos a tua paz,

aquela paz que só Tu podes dar

para aqueles que deixam o seu
coração desarmado,

para aqueles que, com esperança,
querem perdoar as dívidas aos seus
irmãos,

para aqueles que confessam sem
medo que são vossos devedores,

para aqueles que não ficam surdos
ao grito dos mais pobres.

Vaticano, 8 de dezembro de 2024

[1] *Spes non confundit. Bula de proclamação do Jubileu Ordinário do ano 2025* (9 de maio de 2024), 8.

[2] cf. São João Paulo II, Carta Ap. *Tertio millennio adveniente* (10 de novembro de 1994), 51.

[3] Carta enc. *Sollicitudo rei socialis* (30 de dezembro de 1987), 36.

[4] cf. *Discurso aos participantes no encontro promovido pelas Pontifícias Academias das Ciências e das Ciências Sociais* (16 de maio de 2024).

[5] cf. Exort. ap. *Laudate Deum* (4 de outubro de 2023), 70.

[6] cf. *Spes non confundit. Bula de proclamação do Jubileu Ordinário do ano 2025* (9 de maio de 2024), 16.

[7] *Homilia de avaritia*, 7: PG 31, 275.

[8] cf. Carta enc. Laudato si' (24 de maio de 2015), 123.

[9] cf. Catequese (2 de setembro de 2020): *L'Osservatore Romano* (ed. semanal em português de 8 de setembro de 2020), 3.

[10] cf. Discurso aos participantes do Encontro “Debt crisis in the Global South” (5 de junho de 2024).

[11] cf. Discurso na Conferência dos Estados-Parte na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as alterações climáticas - COP 28 (2 de dezembro de 2023).

[12] cf. Discurso aos participantes do Encontro “Debt crisis in the Global South” (5 de junho de 2024).

[13] cf. Spes non confundit. Bula de proclamação do Jubileu Ordinário do ano 2025 (9 de maio de 2024), 16.

[14] Carta. enc. Fratelli Tutti (3 de outubro de 2020), 35.

[15] cf. Spes non confundit. Bula de proclamação do Jubileu Ordinário do ano 2025 (9 de maio de 2024), 23.

[16] Sermão X (Terceira Coleção), *Oração com a qual se entretêm os solitários*, 100-101: CSCO 638, 115. Santo Agostinho chega mesmo a afirmar que Deus não cessa de se fazer devedor ao homem: «Como “eterna é a vossa misericórdia”, dignais-vos, pelas vossas promessas, tornar-vos devedor daqueles a quem perdoais todas as dívidas" (cf. *Confessiones*, 5,9,17: PL 32, 714).

[17] Carta Ap. Tertio millennio adveniente (10 de novembro de 1994), 51.

[18] cf. Spes non confundit. Bula de proclamação do Jubileu Ordinário do ano 2025 (9 de maio de 2024), 10.

[19] cf. São Paulo VI, Carta enc. Populorum progressio (26 de março de 1967), 51; Bento XVI, Discurso ao Corpo Diplomático acreditado junto da Santa Sé (9 de janeiro de 2006); Id., Exort. Ap. pós-sinod. Sacramentum caritatis (22 de fevereiro de 2007), 90.

[20] cf. Carta enc. Fratelli Tutti (3 de outubro de 2020), 262; Discurso ao Corpo Diplomático Acreditado junto da Santa Sé (8 de janeiro de 2024); Discurso na Conferência dos Estados-Parte na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as alterações climáticas - COP 28 (2 de dezembro de 2023).

[21] Carta enc. Pacem in Terris (11 de abril de 1963), 113.

[22] cf. Momento de oração no décimo aniversário da "Invocação pela paz na Terra Santa" (7 de junho de 2024).

[23] Spes non confundit. Bula de
proclamação do Jubileu Ordinário do
ano 2025 (9 de maio de 2024), 18.

Libreria Editrice Vaticana

.....

pdf | Documento gerado
automaticamente a partir de [https://
dev.opusdei.org/pt-pt/article/
mensagem-para-o-dia-mundial-da-
paz-1-janeiro-de-2025/](https://dev.opusdei.org/pt-pt/article/mensagem-para-o-dia-mundial-da-paz-1-janeiro-de-2025/) (08/08/2025)